

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo estuda quatro formas de taxação de "big techs" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estatal avalia acordo bilionário de tributos com a União 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem o fiscal, tudo fica difícil , diz o economista e pesquisador Bráulio Borges 6

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Claramente, o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro" 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Despesa com BPC dispara e benefício já é quase 1% do PIB 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba declarar a previdência privada no Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda) 15

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como governo quer taxar big techs, o "herói" do Linux e o que importa no mercado 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tecnologia ajuda no combate à indústria do celular ilegal (Editorial) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Resultados melhores criam perspectivas positivas para 2024 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

São Paulo arrecada R\$ 1 bi de devedores contumazes em 2023 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Os desafios para o Brasil se tornar protagonista em economia verde 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um debate sério é necessário (Artigo) 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

País tem oportunidades em muitas frentes da onda de descarbonização 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dividendo da Petrobras ajudará o governo a tapar "buracos" 29

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

"Cenário externo vai ditar ritmo de corte dos juros" 31

Segunda-Feira, 8 de Abril de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para o Copom, menos pode ser mais - ALEX RIBEIRO 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasileiro está mais pessimista e cauteloso com cenário, indica Ipsos 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Elaboração da LDO põe de novo metas fiscais em xeque (Editorial) 36

Governo estuda quatro formas de taxaço de "big techs"

ELIANE OLIVEIRA BRASLIA

O governo quer tributar as grandes empresas de tecnologia, as chamadas big techs, ainda este ano, e discute, internamente, quatro formas de taxaço: o pagamento pelo uso de rede de telefonia (Jair share); a criaço de uma contribuio para o jornalismo; a cobraço de uma taxa de vdeo on demand (como servioos de streaming); e a aplicaço de um imposto sobre a renda junto com a regulamentaço da **Reforma Tributria**.

A informaço foi publicada pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmada pelo GLOBO por integrantes do Ministrio da Fazenda e do Palcio do Planalto.

Uma das propostas em estudo é a instituio de uma espccio de Cide (contribuio cobrada do setor de combustveis para financiar in-fraestrutura rodoviria, hoje zerada) para o jornalismo. A ideia seria cobrar uma taxa das big techs para financiar empresas de notcias, devido à degradaço do ecossistema de informaço causada pelas gigantes da tecnologia.

Não se sabe ainda quais seriam os critrios ou porte das empresas contempladas. Um interlocutor do governo disse que este é um dos cernes do debate.

Em entrevista ao jornal paulista, o secretrio da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse que a taxaço é urgente: -Não é uma discussao se a gente quer ou não, quer fazer. Temos de entrar nessa. Se não cobrarmos aqui o mínimo em relaço ao resultado delas (big techs), a diferença vai ser cobrada no exterior.

Pela legislaço, quando um imposto é criado, só entra em vigor um ano depois. Ou seja, a tributaço sobre a renda para essas empresas só seria possvel em 2025, se aprovada em 2024.

Como O GLOBO publicou em fevereiro, com base em nota divulgada pelo próprio governo, o ministro das Comunicaçoes, Juscelino Filho, afirmou que, em junho, o Executivo enviará ao Congresso um projeto de lei para taxar as big techs. Entre os objetivos, um deles é financiar a inclusao digital no Brasil.

Na ocaio, o ministro afirmou que o governo trabalharia para encaminhar o projeto ao Congresso

até o fim do primeiro semestre. Juscelino Filho afirmou em fevereiro que é o momento de as gigantes de tecnologia serem chamadas a contribuir de forma mais efetiva com a ampliaço da conectividade.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estatal avalia acordo bilionário de tributos com a União

Jéssica Sant"Ana (Colaborou Beatriz Otívon)

A Petrobras está avaliando a possibilidade de aderir à transação tributária que será proposta pela União relacionada aos contratos de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, apurou o Valor com duas fontes a par do assunto.

A adesão poderia colocar fim a uma disputa que envolve processos que somam R\$ 55,234 bilhões e, ao mesmo tempo, ajudar o governo na missão de zerar o déficit primário neste ano.

A minuta de edital foi colocada em consulta pública na última sexta-feira pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela **Receita Federal** e receberá

contribuições até a próxima sexta-feira, dia 12. A expectativa é que o edital seja publicado pelo governo até o fim do mês, para que as empresas possam fazer a adesão.

O assunto foi um dos temas debatidos na reunião na semana passada no Palácio do Planalto, que contou com a participação dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Silveira (Minas e Energias). Eles também debateram a questão da retenção dos dividendos extraordinários da petroleira.

Segundo uma fonte do governo, a Petrobras estaria propensa a aderir à transação, já que vem perdendo os processos sobre o tema no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A diretoria da estatal estaria avaliando os prós e contras da adesão, que poderia encerrar processos que somam R\$ 55,234 bilhões, caso todo o litígio entre na transação. Caso venha a aceitar o acordo, a empresa teria desconto sobre o valor dos débitos.

Porém, nas suas demonstrações financeiras, a Petrobras avalia os processos relativos aos contratos de afretamento como "perda possível", pois cita haver manifestações favoráveis ao entendimento da companhia nos tribunais superiores.

"A companhia ratifica a classificação [do IRRF] da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da

companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos", diz trecho referente às demonstrações relativas ao 4º trimestre de 2023.

"Os demais processos envolvendo Cide e PIS/Cofins encontram-se em fases administrativa e judicial diversas e são classificados como perda possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da companhia", completa a Petrobras em seu balanço.

O edital colocado em consulta pública permite a transação-uma espécie de acordo para por fim à disputa administrativa ou judicial - sobre a incidência ou não do IRRF, Cide, PIS e Cofins sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas.

É a chamada transação de grandes teses tributárias, que está sendo feita Receita e pela PGFN com o objetivo de encerrar disputas e garantir uma arrecadação para a União. Isso porque, em caso de não acordo, mesmo que a União ganhe a disputa no **Carf**, as empresas podem recorrer ao Judiciário, em processos que se arrastam por anos.

De acordo com a minuta que se encontra no edital, as empresas que aderirem à transação do afretamento poderão escolher duas opções de pagamento. A primeira oferece desconto de 60% sobre o valor total do débito. O restante deverá ser pago com entrada de no mínimo 30% e o saldo remanescente em até seis parcelas mensais.

A segunda opção oferece desconto de 35% sobre o valor total do débito. O restante será pago com uma entrada de no mínimo 10% e o saldo remanescente em até 24 parcelas mensais. A minuta também prevê que a transação poderá compreender a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, até o limite de 10% do saldo remanescente após a incidência do desconto inicial.

A transação tributária é uma das grandes apostas da equipe econômica para arrecadar mais e conseguir chegar perto da meta de zerar o déficit primário das contas públicas neste ano.

No último relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento federal, o governo previu R\$ 36,6 bilhões com essas iniciativas, que envolvem outros editais e transações individuais, além da questão do afretamento. Procurada para comentar, a Petrobras não retomou.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Estatual avalia acordo bilionário de tributos com a União

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1§ion=1)**

Sem o fiscal, tudo fica difícil , diz o economista e pesquisador Bráulio Borges

Rosana Hessel

+

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a atacar os banqueiros, os maiores financiadores da dívida pública, por cobrarem responsabilidade fiscal. As críticas do chefe do Planalto põem nova saia-justa no ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tenta convencer o mercado financeiro do compromisso da atual gestão com o novo arcabouço fiscal. Essa regra está sob a ameaça de afrouxamento das metas do próximo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que será enviado pelo Executivo no próximo dia 15.

Os bancos estão entre os maiores financiadores dos rombos fiscais, pois são os principais detentores dos títulos da dívida da União emitidos pelo Tesouro Nacional. Instituições financeiras, fundos de investimento e Previdência respondem por 75,5% da dívida pública federal interna, que somou R\$ 6,3 trilhões em fevereiro de 2024. Toda vez que a incerteza sobre a responsabilidade fiscal aumenta, o custo dessa dívida cresce, porque os credores pedem mais prêmio de risco. Não à toa, o consenso do mercado é de que o governo não conseguirá entregar a meta fiscal de deficit zero neste ano, prevista no novo arcabouço fiscal.

O economista Bráulio Borges, pesquisador do recém-criado Centro de Política Fiscal e Orçamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e analista da LCA Consultores, lembra que, no início da semana, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, não descartou a possibilidade de revisão da meta fiscal de 2025. Pelos cálculos de Borges, o governo deve entregar um deficit de 0,5% do **PIB**, neste ano, e não conseguirá reduzir a dívida pública bruta em relação ao **PIB** tão cedo. Para ao menos estabilizar esse endividamento, o governo precisa entregar um superavit anual de 1% do **PIB** todos os anos.

O Brasil precisa de um superavit primário de 1% do **PIB** todos os anos para manter a dívida pública estável como proporção do **PIB**. Enquanto a gente ficar abaixo disso, a nossa dívida vai continuar subindo. Enquanto a nossa dívida continuar subindo, como ela já parte de um nível alto, vai ficar todo esse questionamento com relação à sustentabilidade fiscal , alerta Borges, em entrevista ao Correio.

Responsabilidade fiscal é uma condição necessária para desenvolvimento econômico e para o combate à pobreza , frisa.

Nesse sentido, Borges faz um alerta sobre o fogo amigo que Haddad está recebendo até mesmo do presidente Lula. Pelas estimativas dele, o governo ainda precisará de R\$ 150 bilhões a R\$ 170 bilhões adicionais para conseguir cumprir as atuais metas fiscais de 2025 e de 2026. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A questão fiscal está no radar dos bancos centrais, e não apenas no Brasil. Mas as críticas recentes do presidente Lula ao mercado financeiro e ao equilíbrio das contas públicas ajudam a aumentar a desconfiança do comprometimento do governo com as metas fiscais. Como avalia esse cenário?

É importante darmos um passo atrás e lembrar que a política fiscal se relaciona com a política monetária por vários canais. A política fiscal, por exemplo, afeta a política monetária, primeiro, por aquilo que a gente chama de impulso fiscal sobre a demanda agregada. A política fiscal pode ser expansionista ou contracionista a curto prazo e isso, obviamente, pode atrapalhar ou ajudar o Banco Central, dependendo de qual é o esforço que ele está fazendo. Se o BC quer controlar a **inflação** e a política fiscal é expansionista, ela trabalha de maneira descoordenada com a política monetária. E isso aumenta o custo da política de juros. A política fiscal também impacta a política monetária pela questão da sustentabilidade fiscal.

Por que diz isso?

Tem várias maneiras de imaginar o que é sustentabilidade. Mas vamos ficar com o critério mais simples possível, que é uma dívida pública baixa ou que não fica subindo de maneira consecutiva. Se a dívida pública é insustentável, isso se traduz em câmbio mais depreciado, que, por sua vez, vai virar mais **inflação**. Se a dívida pública é insustentável, isso aumenta os prêmios cobrados para emitir títulos públicos para o governo financiar. E isso também acaba afetando o juro de equilíbrio da economia e, portanto, afeta a política monetária. A sustentabilidade fiscal pode afetar até a questão da estabilidade financeira de um país. E, num cenário de insustentabilidade fiscal, os bancos podem optar, por

exemplo, por não fazer empréstimos no setor privado. E essa é uma outra forma de política fiscal afetar a política monetária.

Há outros pontos a considerar?

Existe um terceiro aspecto: se você realmente acha que a política fiscal é insustentável. Nesse caso, os agentes vão elevar a **inflação** imediatamente. Uma dívida insustentável pode aumentar a incerteza com relação ao futuro. A insustentabilidade fiscal, ao encurtar os horizontes, afeta negativamente decisões de longo prazo, principalmente investimento das empresas e consumo das famílias desses bens que tipicamente são financiados, como imóveis ou mesmo automóveis. Então, são várias as maneiras pelas quais a política fiscal afeta a política monetária.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao justificar a cautela no afrouxamento dos juros, tem alertado para os riscos com o aumento do endividamento dos governos pós-pandemia.

Nessa fala do Roberto Campos Neto, ele está se referindo mais a esses dois últimos pontos que eu mencionei. E não ao primeiro, porque, de fato, a política fiscal, no ano passado, foi expansionista no governo federal. Mas somando os governos regionais, que é um recorte que as pessoas esquecem de olhar, a política fiscal do governo geral foi ligeiramente contracionista, porque o governo federal, mesmo que ele não cumpra a meta de zerar o deficit - digamos que ele entregue um deficit de 0,5% **PIB**, neste ano -, vai ser bem menor do que os 2% do **PIB** de deficit do ano passado. Essa preocupação do Campos Neto tem mais a ver com os itens envolvendo a sustentabilidade fiscal do que uma preocupação com a execução de curto prazo da política fiscal. Mesmo que a meta não seja cumprida, existe aqui uma aposta de boa parte dos analistas de que a gente vai ter consolidação fiscal. E consolidação fiscal é melhorar o resultado primário ano após ano. Agora existe, sim, uma preocupação que eu manifesto sempre que me perguntam sobre política fiscal.

E qual é?

O Brasil precisa de um superavit primário de 1% do **PIB** todos os anos para manter a dívida pública estável como proporção do **PIB**. Enquanto o resultado primário ficar abaixo disso, a dívida do país vai continuar subindo. E como a dívida já parte de um nível alto, vai ficar todo esse questionamento com relação à sustentabilidade fiscal.

Esse 1% do **PIB** de superavit tem que ocorrer em que período?

Tem que ocorrer todos os anos. Depois que a gente chegar a esse 1%, é preciso ficar por aí e por um bom período.

As projeções continuam prevendo aumento da dívida nos próximos anos, apesar da redução do deficit fiscal. Em parte, por conta do custo da dívida e também devido ao aumento das incertezas externas.

Sim, as incertezas externas estão piorando. E, de fato, o ambiente internacional está azedando, vamos dizer assim. Com esses números dos Estados Unidos apontando que a queda dos juros lá parece cada vez mais distante, isso tem afetado o custo de financiamento do governo aqui. Os juros longos subiram bastante, mas parte dessa alta tem a ver com essas preocupações em relação à insustentabilidade fiscal. Não tanto em 2024, porque a arrecadação vem surpreendendo, e o governo não mudou a meta. Mas, agora no dia 15, quando o governo enviar o PLDO de 2025, a ministra Simone Tebet já adiantou que existe discussão para mudar a meta deste ano e do próximo, no sentido de flexibilizar. E quanto mais tempo o país ficar com o resultado primário abaixo de 1% do **PIB**, a dívida vai continuar subindo, e a meta atual de superavit primário de 1% em 2026 não será atingida.

Quando o país vai conseguir, se é que vai conseguir, voltar a ter superavit primário sem mudar a meta fiscal atual?

Vamos lembrar que, neste ano, o governo acha que provavelmente vai conseguir cumprir a meta fiscal. Até aumentou a chance de ele conseguir, mesmo usando o intervalo de tolerância, que é menos de 0,25% do **PIB**, que daria um deficit primário de uns R\$ 29 bilhões. Acho que aumentou a chance de ele ser bem-sucedido, porque aquela medida que limita a compensação de créditos tributários vai ajudar bastante. Foi uma medida nova, que veio aos 47 do segundo tempo junto com a história do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e da reoneração da folha. O governo vai ter que comprar a briga no Congresso por meio de discussão de projeto de lei (para rever essas desonerações). Mas a parte da MP que limitava as compensações tributárias vai ter um impacto importante, porque é imediato, e vai ajudar as contas públicas neste ano.

Qual é o valor desse impacto?

Pelas minhas contas, são de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões. E isso ajuda no cenário de cumprimento da meta fiscal. Não estou dizendo que está garantido, mas melhorou muito, de dois, três meses para cá. Mas o problema serão os anos subsequentes, porque, enquanto não houver superavit de 1% do **PIB**, a dívida

pública vai continuar subindo como proporção do **PIB**. E, enquanto ela sobe, partindo de um nível já alto, alimenta todas as incertezas quanto à sustentabilidade fiscal. Isso é ruim para a economia, é ruim para a taxa de câmbio, que afeta a política monetária. É ruim para decisões de investimento. E para cumprir as metas atuais de 2025 e 2026 (superavit de 0,50% e 1% do **PIB**, respectivamente), o governo precisará buscar mais ou menos uns R\$ 150 bilhões a R\$ 170 bilhões a mais de arrecadação em relação a tudo aquilo que ele já conseguiu aprovar.

Existem receitas do pacote de R\$ 168 bilhões de medidas legislativas aprovadas que não estão 100% garantidas?

Sim, porque uma parte dessas receitas que vão ajudar nas contas deste ano não são recorrentes, como a receita dos fundos fechados e dos fundos offshore. Elas são atípicas na maioria. Uma parte menor será recorrente. É a mesma história do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** também. Naquele pacote de quase R\$ 170 bilhões do pacote, R\$ 100 bilhões eram o **Carf**, sendo metade com a história da volta do voto de qualidade, e outra, com aquelas mudanças na lei de transações tributárias. E isso não vai se repetir daqui em diante, pelo menos, nas mesmas magnitudes. Por isso que, além daquele pacote que o governo conseguiu aprovar no fim do ano passado, ele vai ter que correr atrás de mais medidas arrecadatórias em 2025 e 2026. E isso num contexto em que o governo não quer limitar de maneira nenhuma a despesa. A despesa está meio que dada daqui até 2026. O governo quer que a despesa cresça no teto da regra de gasto, que é 2,5% em termos reais (descontada a **inflação**).

Como acreditar que haverá compromisso com a responsabilidade fiscal?

Existe uma confusão muito grande com relação a essa questão da responsabilidade fiscal. O governo precisa buscar um equilíbrio orçamentário ou até superavit primário, porque uma dívida sustentável não cresce muito ao longo do tempo. O pessoal acha que a responsabilidade fiscal é contraditória com a melhoria do bem-estar da sociedade. Só que, para uma política pública durar ao longo do tempo, ela depende da responsabilidade fiscal. É preciso ter uma fonte de financiamento para que essa política pública seja efetiva ou não, não só num ano, mas em vários anos. E é aí que vem a responsabilidade fiscal. Ela dá sustentabilidade para as próprias políticas públicas que dependem do orçamento público. Mas isso parece que não entra na cabeça de muitos.

Como avalia a condução da política fiscal? Não é só o governo que é expansionista. O Congresso também

aprova medidas gerando mais despesas sem apontar a receita.

O ministro Fernando Haddad está correto. O Congresso está atropelando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porque está criando um monte de gasto novo ou renúncia de receita sem apontar compensação.

O ministro Haddad perdeu a briga em torno do fim da desoneração da folha com o Congresso?

Ele terá de encaminhar isso por meio de um projeto de lei e fazer a discussão, no âmbito do Congresso, para ter impacto fiscal só de 2025 em diante. Refiro-me tanto à desoneração quanto ao Perse. Para 2024, é uma batalha perdida. Do ponto de vista da meta fiscal, neste ano, o governo pode tentar compensar o aumento de despesas com os dividendos extraordinários da Petrobras. Não só os dividendos propriamente ditos, mas também com o Imposto de Renda associado a isso.

Qual sua previsão para o déficit primário deste ano?

Eu acho que estamos caminhando para ter um deficit primário em torno de 0,5% do **PIB**, neste ano, em termos do governo federal. Não vai cumprir a meta, mas o resultado pode ser melhor do que o mercado está projetando hoje. Na minha opinião, o mercado está subestimando o impacto principalmente dessa medida de limitação de compensação tributária. Ela é bem importante. E, naquele pacote de quase R\$ 170 bilhões que o governo enviou no ano passado ao Congresso, ele conseguiu aprovar praticamente todas as medidas, embora várias delas muito desidratadas. Por isso, tenho uma visão de um déficit mais próximo de 0,5% do **PIB** e não ficaria surpreso se o governo conseguisse chegar lá nos 0,25%, que é o limite inferior da banda para este ano.

Mas o déficit zero ainda será mais difícil, né?

A vitória deste ano é uma vitória de Pirro. Se o governo conseguir entregar a meta deste ano, depois ele tem que buscar mais R\$ 150 bilhões a R\$ 170 bilhões em 2025 e em 2026, para conseguir chegar a 1% do **PIB** em 2026. E esse não é um número esotérico que sai do nada. Esse é o que o Brasil realmente precisa para estabilizar a dívida como proporção do **PIB**, pelo menos, mais 1% do **PIB** de superavit.

Aquelas promessas de revisão das despesas, de melhorar a qualidade do gasto, continuam só no discurso.

Algumas coisas já aconteceram, como o Bolsa

Família, que teve aquela redução das famílias unipessoais, ainda no ano passado. Tem essa história de reduzir o gasto previdenciário deste ano em R\$ 10 bilhões, que aparentemente está surtindo efeito. Mas isso precisa ser mais bem articulado e **comunicado**. E incorporado ao processo orçamentário. Não podem ser iniciativas esporádicas. Existe uma expectativa de que, no PLDO de 2025, o governo deverá prever mecanismos envolvendo essa questão da revisão de gastos. Vamos ver.

Como vê a situação das contas públicas?

O quadro ainda é bastante frágil. E ele é ainda mais fragilizado com essas declarações de Lula que minimizam a importância da responsabilidade fiscal. Se o ministro Haddad não conseguir cumprir a meta - porque cumprir a meta depende não só do Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário - é importante ter o discurso de responsabilidade fiscal. Se você não cumprir a meta deste ano, você vai tentar no próximo, e por aí vai. Agora, quando você tem esse fogo amigo vindo do próprio presidente e de parte do governo, isso é contraproducente e vai, instantaneamente, para o custo de rolagem da dívida. A responsabilidade social que o presidente tanto enfatiza é responsabilidade fiscal. Elas andam juntas, não são antagônicas.

A ministra Simone Tebet falava isso na campanha. Mas ela anda apagada no governo.

Esse é um discurso razoável. Gabriel Boric, presidente do Chile, fala exatamente isso. Essa é uma esquerda um pouco mais moderna e menos ideológica. As condições de partida da economia brasileira, hoje, são outras. Independentemente disso, a responsabilidade fiscal é condição necessária para obter combate à pobreza. O governo precisa de fiscal, porque senão tudo fica muito mais difícil. Também não sou daqueles que pensa que o Brasil vai virar Argentina e Venezuela. Existe uma longa distância, felizmente, desses dois países. Mas esses países são bons exemplos do que a ausência de responsabilidade fiscal pode gerar. E, repetindo, a responsabilidade fiscal não tem nada a ver com a discussão sobre o tamanho do Estado. Esse meu puxão de orelha vale tanto para a esquerda como para a direita.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/04/6833451-sem-o-fiscal-tudo-fica-dificil-diz-o-economista-e-pesquisador-braulio-borges.html>

"Claramente, o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro"

Adriana Mattos e Nelson Niero

Membro do Conselho, o conselho de desenvolvimento econômico do governo, Sérgio Zimmerman foi o escolhido por um grupo de conselheiros ligados ao varejo para discursar na última reunião do órgão, em Brasília.

Colocado no fim da fila das apresentações pelos organizadores, o empresário abriu sua fala num tom bem muito mais duro daqueles que vieram anteriormente, e questionou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo que considera ser uma "postura sem sentido e de benefício" do governo com as plataformas estrangeiras, que importam remessas abaixo de US\$ 50 com imposto zero desde agosto.

"Não faltam empresários que acham que tem que ficar de boca fechada", disse, em entrevista ao Valor, no mês passado. "Deveria fazer parte das obrigações de um empresário se posicionar, pelo impacto das políticas públicas no futuro da empresa e da sociedade."

O fundador e executivo-chefe da rede de artigos para animais de estimação Petz questiona há meses a decisão do governo de livrar dos 60% de imposto de importação os marketplaces estrangeiros que seguirem regras de um programa de conformidade. Ele e outros empresários até tentaram marcar uma reunião com Lula. "Esses dias recebi a notícia de que [o tema] está na pauta de prioridades do presidente. Desculpa, mas já são seis meses de espera. Eu não entendo que prioridade é essa".

O último contato do Ministério da Fazenda com o IDV, entidade que reúne varejistas brasileiros, foi em outubro de 2023.

Para ele, a postura do governo de manter essa isenção, enquanto a carga tributária do comércio nacional é de 109%, é muito mais uma preocupação com rede social e popularidade do que com questões técnicas. "O que me parece muito claro é que o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro."

Não por acaso, ele desconfia que está sendo "cozido" no Conselho desde o fim do ano passado. "Chega uma hora em que você fala dez vezes a mesma coisa. A sensação é que você está falando, mas ninguém

está escutando", diz.

Um exemplo desse diálogo interrompido é a divergência entre os números da **Receita Federal** e do Banco Central sobre o valor das importações em 2023 com produtos abaixo de US\$ 50, alvo da política de isenção. Enquanto a Receita fala em algo como R\$ 16 bilhões, o BC trabalha com R\$50 bilhões.

"Eu fico com a sensação de que o Banco Central não conversa com a **Receita Federal** como se fossem do mesmo governo".

A definição desse valor é crucial porque, sem saber o tamanho real da entrada de mercadorias no país, não avança o debate em torno do quanto o governo pode ganhar se cobrar **impostos** das plataformas. E também não sai do lugar a discussão do fim da isenção.

No caso do Fisco, o órgão trabalha com os valores da venda fornecidos pelas próprias lojas estrangeiras, por autodeclaração. Já o BC contabiliza o valor da transação pelos meios de pagamento. No primeiro caso, na visão de varejistas nacionais, pode ser sinal de que o subfaturamento continua a acontecer. Procurados, BC, Receita e Fazenda não se manifestaram.

A postura ativista de Zimmerman não se restringe às negociações setoriais com o governo - e o resultado nem sempre é o silêncio dos interlocutores. Ele foi duramente criticado nas redes sociais porque assinou abaixo-assinado para que o Lula revisse, em janeiro, a posição de apoiar investigação de suposto genocídio em Israel, levando a imagem da Petz a reboque. Nascido em São Paulo, o fundador da Petz faz parte da comunidade judaica da capital. "Até hoje tem gente que chama a Petz de genocida."

Leia trechos da entrevista.

Cozido no Conselho

Eu acho que essa demora em se evoluir no debate de uma alíquota de importação para envios abaixo de US\$ 50 é muito mais uma questão de preocupação com rede social e com popularidade do que com questões técnicas. Na melhor das hipóteses, se está olhando a questão de popularidade.

No Conselho, estou sendo literalmente cozido desde o quarto trimestre do ano passado. Falam: "O presidente tem interesse no tema." Fiz o pronunciamento no Conselho, na reunião em dezembro [em que questiona a entrada de itens estrangeiros sem controles]. E disseram: "O presidente gostou muito". Esses dias recebi mensagem de que está na pauta de prioridades. Respondi: Desculpa, mas essa pauta de prioridade já tem o quê? Seis meses? Não entendo que prioridade é essa.

Falando para ninguém

Claramente esse é um assunto que não se quer se colocar o dedo. O que me parece claro é que o presidente evita tocar no tema. É meio assim, eu não vou pôr a mão nesse vespeiro não, deixa desse jeito.

Depois dessa "geladeira", decidi dedicar meu tempo às questões da Petz. Chega uma hora em que você fala dez vezes a mesma coisa. A sensação é que você está falando para ninguém. E estou falando da informação divergente do Banco Central e da Receita sobre valores das importações abaixo de US\$ 50 e renúncia fiscal. Já passaram dois meses desde que levantamos isso junto ao governo. Não há resposta.

A incógnita dos R\$ 34 bi

A Confederação da Indústria (CNI) e a do Comércio (CNC) apresentaram, em janeiro, uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a isenção e pela isonomia tributária entre locais e estrangeiros. Falei com Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV [instituto do varejo], que deveria se oficiar o BC na ação para tratar essa questão.

Há outra divergência que vemos. No caso do valor anual de remessas internacionais de pequeno valor [até US\$ 50], vemos o BC falar em cerca de R\$ 50 bilhões, e a Receita em R\$ 16 bilhões. E tem essa diferença de R\$ 34 bilhões.

Talvez tenha outras coisas dentro desses R\$ 34 bilhões, mas que podem significar pouco, algo como R\$ 1 bilhão, R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões, como a assinatura do Amazon Prime, que paga para o exterior, por exemplo. Mas a gente não consegue chegar em uma conta que feche essa diferença.

Eu fico com a sensação de que o BC não conversa com a Receita como se fossem do mesmo governo. Parece que existe uma coisa de não se mostrar as informações, mas eu não consigo ter a menor ideia de qual a razão disso. E uma certeza eu tenho: o ministro Haddad [Fernando Haddad, da Fazenda] também não tem a menor ideia do porquê dessa divergência.

Conversa com Haddad

Quando eu questionei o ministro sobre as divergências nos valores, ele disse que tem outras coisas no valor. Pedi então para ele explicar o que são esses R\$ 34 bilhões. Ele disse: "Boa pergunta". Agora, esse silêncio, essa dificuldade em conseguir a explicação torna todo esse processo muito estranho.

Mais divergências

Sobre a vencia pelo "cross border", falamos em uma renúncia fiscal potencial de R\$ 30 bilhões pela isenção de imposto de importação, sem sequer haver um consenso sobre esse número. Enquanto o BC trabalha com esse valor, o número da Fazenda é um terço disso, R\$ 10 bilhões. Como é que pode ter um número de renúncia para a Fazenda e outro para o BC? É dinheiro suficiente para, num momento que está se discutindo ajuste fiscal, não se pensar duas vezes sobre o que é certo fazer.

A China é o Paraguai

A China é tipo o Paraguai. No Paraguai você consegue comprar coisas originais, boas e coisas falsificadas. Tem uma grade para todos os gostos. A China também produz qualquer coisa. E quando você importa da China ou de qualquer parte do mundo, pela lei, você assume a responsabilidade da indústria. Só que a venda direta, que é essa venda do fabricante chinês ao país, está totalmente desregulada.

O mesmo produto que esse cross-border está vendendo para o consumidor, se eu quiser comprar pela Petz e vender, não consigo, porque não passo pelos testes. Porque se eu vender por minha conta e matar alguém, com um produto de tinta tóxica, sou preso. Tem um arcabouço de proteção ao consumidor quando se trata de empresa nacional, o que é correto. Isso desaparece quando esse varejista é estrangeiro. Acho inacreditável que essa situação seja mantida.

Desistir do país?

Isso aqui equivale, na minha concepção, a quando um empresário que tem condições começa a desistir do país e falar: "Em vez de lutar pelo Brasil, vou morar fora e pronto. Tenho que resolver o meu problema." Acho muito triste ter que ir por esse caminho.

Janja e as redes sociais

Acho que cada um tem que imaginar as hipóteses para explicar essa situação de manter a falta de isonomia de **tributos** [entre empresas locais e estrangeiras]. A hipótese mais inocente que eu vejo é

isso: a posição da Janja [Rosângela Lula da Silva, primeira-dama, a favor da isenção], e o efeito nas redes sociais [do fim da isenção]. Porque, tecnicamente, não tem razões para isso continuar. Não existe governo que atente contra o próprio varejo e a indústria. Em favor do quê? Na China, o cross-border é uma questão de Estado. E fica mais estranho ainda quando as próprias plataformas admitem que um imposto de importação de 20% seria justo. Mas nem isso o governo coloca.

Promessas de Haddad

Eu continuo com a percepção de que o Haddad é uma pessoa bem intencionada, que está com um pensamento absolutamente correto sobre esse assunto, mas acho que ele está com outros desafios em que tem mais apoio do governo. O problema é que ele sabe que, tecnicamente, é certo fazer [criar alíquota para a importação], mas, politicamente, ele não tem apoio. Desde a primeira vez que nos encontramos, ele já sinalizou que, se não tiver apoio político, não tem jeito. E o apoio político não aparece, muito pelo contrário. E como não se bastasse isso, tem a questão dos controles. Se você vai vender um produto na China ou, acho, em qualquer parte do mundo, os governos pedem o pré-cadastro do produto para saber se ele está sujeito a alguma norma técnica. Aqui, o "cross-border" é uma porta escancarada.

Surpresa positiva

Tem que se admitir que ser ministro da Economia em um país como o Brasil, com a falta de apoio político para as questões de estabilidade fiscal, não é fácil. Acho que, no geral, Haddad tem surpreendido positivamente.

Dois pesos, duas medidas

Existe um dado muito objetivo. Com as novas regras de importação abaixo de US\$ 50 após agosto, a alíquota de imposto de importação foi de 60% para zero. E o ICMS, de zero para 17%. Em 2022, eram R\$ 60 bilhões em valor importado, quando a alíquota era 60%. Ou seja, haveria R\$ 36 bilhões de **impostos** de importação. Aí eu pergunto: existe uma prescrição fiscal para crimes tributários de cinco anos?

Por que não se está indo atrás desses R\$ 36 bilhões que não foram arrecadados? As plataformas estão aí, são conhecidas. Se fosse descoberta uma venda de R\$ 60 bilhões de uma empresa brasileira sem arrecadar o imposto, ficaria tudo por isso mesmo? A Receita está vendo, o governo está vendo, e faz de conta que não tem nada.

"Genocida"

A minha visão não é alinhada com nenhum político ou partido político. Não tenho problema nenhum de elogiar coisas que o PT possa fazer ou que o Bolsonaro tenha feito. Me mantive equidistante da polarização. Aliás, a polarização, para mim, é a coisa mais pobre que pode ter, ela esmaga o diálogo, o contraditório. Vejo que esse espaço para debate desapareceu.

A vez que fui mais criticado, e a Petz por extensão, foi quando assinei aquele abaixo-assinado para que o Lula revisse a posição de apoiar a África do Sul que defendia a existência de genocídio em Israel. Até hoje tem gente que chama a Petz de "genocida".

Empresários de boca fechada

Deveria fazer parte dos deveres de um empresário se posicionar, dado o impacto das políticas públicas no futuro da empresa, quando você pensa no negócio a médio e longo prazo. A sua empresa vai ser tão mais forte quanto mais forte for a sociedade. Agora, não faltam empresários que acham que têm que ficar de boca fechada.

"A sensação é que você fala e ninguém escuta"

Zimmerman, sobre divergência entre BC e Fisco

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187835?page=1§ion=1>

Despesa com BPC dispara e benefício já é quase 1% do PIB

Jéssica Sant"Ana

As despesas do governo com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm crescido em ritmo muito superior ao limite do novo arcabouço fiscal, trazendo mais um elemento de pressão ao Orçamento. Em 2023, houve alta real de 12,4% em relação ao ano anterior e de 17,6% em valores nominais. Em janeiro e fevereiro deste ano, o crescimento real foi de 16,1% e 16,8%, respectivamente, sempre na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os dados do Tesouro Nacional mostram ainda que a despesa com o benefício já se aproxima de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

São alguns fatores que explicam essa alta. Um deles é o aumento do estoque de benefícios, que cresceu 11,3% no ano passado em relação a 2022. Em janeiro deste ano, a alta foi de 11,2%. Eram 5,8 milhões de pessoas recebendo no início deste ano o benefício, pago a idoso a partir de 65 anos com renda igual ou menor que 1/4 do salário mínimo ou pessoa com deficiência de qualquer idade, em mesma situação de renda. Para efeitos de comparação, a média de crescimento do estoque entre 2010 e 2021 foi de 2,5%, segundo cálculo dos economistas Marcos Mendes e Rogério Nagamine.

A alta no estoque pode ser explicada, segundo os especialistas, pelo aumento na concessão dos benefícios, em virtude das ações adotadas pelo governo e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para acelerar a análise de requerimentos e reduzir a fila de espera. Há, ainda, a hipótese de que mais pessoas estão pedindo o benefício, devido ao envelhecimento da população e pela percepção de que estaria mais fácil obtê-lo.

"Apesar do intuito das medidas ser reduzir a fila, à medida que a concessão de benefícios cresce, mais pessoas tendem a procurar o **INSS**", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter. Ela acrescenta que as regras de aposentadoria ficaram mais rígidas com a reforma de 2019, sem equivalência para o BPC, o que leva mais pessoas a procurar o benefício assistencial.

"À medida que regras da Previdência ficaram mais restritas, você acaba empurrando as pessoas para o BPC, que exige comprovação de renda ou de

deficiência, mas não exige contribuição", diz a economista. "De modo geral, os critérios do BPC são bastante lenientes e desestimulam as pessoas a contribuir para a previdência, pois se pode obter um BPC na mesma idade em que se obtém a aposentadoria, pelo mesmo valor de um salário mínimo, sem contribuir", acrescenta Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

Ele também lembra que uma mudança na avaliação para concessão do BPC para pessoa com deficiência, adotada via portaria publicada em outubro de 2021, também ajuda a explicar o crescimento do benefício. "Foram adotados mecanismos automáticos de verificação da condição social dos demandantes de BPC por deficiência que, se aplicados com critérios frouxos, podem ser mais uma fonte de aumento da concessão", afirma Mendes.

Mais recentemente, o Ministério da **Previdência Social** autorizou a realização de perícia por telemedicina para a concessão do BPC para pessoas com deficiência, o que pode acelerar ainda mais a concessão.

As ações de combate à fraude e revisão de cadastro podem ajudar a reduzir o ritmo de crescimento, mas Mendes e Nagamine não observam mudança relevante no padrão de cessação de benefícios irregulares. "Esse sempre foi um benefício difícil de controlar, porque há empresas que se especializaram em demandar o benefício, lançando mão de judicialização para que o benefício seja concedido a quem não se enquadra nos critérios de acesso e, algumas vezes, mediante fraude", diz Mendes.

Outro fator que afeta a despesa com o BPC é a política de valorização do salário mínimo, já que o benefício tem valor igual ao do piso salarial. A política, implementada em 2023, prevê que os reajustes anuais do salário mínimo passarão a levar em conta a **inflação** mais a taxa de crescimento real do **PIB**. Durante o governo Bolsonaro, só havia reposição da **inflação**.

Quanto maior a despesa com o BPC, maior a pressão sobre o Orçamento federal. Isso porque o novo arcabouço estabelece que o limite máximo para crescimento das despesas do governo é de 2,5% ao ano, em valores reais. Só que o BPC - uma despesa

obrigatória - vem crescendo em ritmo muito superior, assim como os benefícios previdenciários, que tiveram alta real de 7,9% em 2023, o que acaba di-

minuindo o espaço para os gastos não obrigatórios, como investimento e custeio. "Esse crescimento de dois dígitos [do BPC] não cabe no Orçamento", diz Vitória.

Por outro lado, o governo manteve em R\$ 103 bilhões a estimativa de gasto no ano com BPC, número que pode estar subestimado em até R\$ 6 bilhões, segundo economistas consultados pelo Valor. O caso, contudo, é um pouco diferente dos benefícios previdenciários, para os quais a avaliação de que há defasagem é unanimidade e pode chegar a até R\$ 18 bilhões, conforme mostrou o Valor na semana passada.

A XP projeta que o BPC custará R\$ 108,1 bilhões aos cofres públicos neste ano. A diferença de quase R\$ 5 bilhões para a estimativa do governo acontece porque o banco calcula um crescimento médio do número de beneficiários de 6% a 7%, ante os 2% a 3% projetados pelo Executivo, explica Tiago Sbardelotto, economista da XP.

O Banco Inter e os economistas Mendes e Nagamine projetam uma despesa da ordem de R\$ 109,4 bilhões e R\$ 109 bilhões, respectivamente. A ASA Investments, R\$ 106 bilhões. A Warren Investimentos, R\$ 105,6 bilhões. O BTG é o único entre os consultados que tem a mesma estimativa do governo, de R\$ 103 bilhões.

Uma despesa alta do BPC também traz um desafio maior para o governo em busca da meta fiscal. "O BPC é uma despesa de mais de R\$ 100 bilhões por ano. Qualquer aceleração tem potencial para piorar o resultado fiscal na casa de dezenas de bilhões", diz Mendes.

Os especialistas acreditam que a alta do estoque e do nível de gasto veio para ficar, mas dizem que há ações que podem ajudar no controle e melhor focalização dessa política pública. Uma sugestão é a revisão da vinculação à valorização real do salário mínimo.

"Tanto a Previdência quanto os benefícios assistenciais precisam estar desvinculados da política de valorização do salário mínimo, que está vinculada a ganho de produtividade do trabalho. No caso de aposentadoria e benefícios assistenciais, poderia ter correção apenas pela **inflação**", defende Vitória. Ela também cita que o governo deveria consolidar os programas de apoio social, hoje dispersos em várias políticas, como o Bolsa Família, o BPC e o seguro defeso.

Mendes também defende uma revisão da vinculação, além de medidas para fechar brechas usadas para judicialização e mudanças nos critérios de acesso ao BPC, para que ele fique mais adequado à realidade de restrição orçamentária do país e ao ritmo de crescimento do novo arcabouço fiscal.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Social (MSD) afirma que o aumento nos índices de concessões se deu em função das "ações imprimidas fortemente pelo **INSS**, órgão responsável pela operacionalização do BPC, direcionando toda a sua força de trabalho para analisar os requerimentos represados com vistas a acabar com a fila dos pedidos de requerimentos que se acumulou ao longo dos últimos anos". "O represamento tem diminuído, e o resultado disso é o aumento dos deferimentos e também indeferimentos", completa a pasta.

O ministério também afirma que a força de trabalho, até então canalizada em boa parte para o combate às filas, agora "se volta às rotinas de monitoramento e reavaliações do benefício". "Vale lembrar que os acompanhamentos sistêmicos continuam sendo operacionalizados, e serão otimizados no processo revisional", diz o MDS, coordenador da política do BPC.

Procurada, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SMA) do Ministério do Planejamento e Orçamento informou que iniciou uma interlocução com o MDS que pode dar início a um processo de qualificação cadastral do BPC. "Os trabalhos são ainda preliminares e não há achados e recomendações", frisou a pasta.

"Critérios do BPC são lenientes e desestimulam a contribuição para a previdência" Marcos Mendes

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1§ion=1>

Saiba declarar a previdência privada no Imposto de Renda 2024 (Imposto de Renda)

A previdência privada é uma das despesas que podem ser deduzidas do Imposto de Renda. Porém apenas uma das modalidades tem essa possibilidade: o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), que permite dedução de até 12% dos rendimentos tributáveis no IR e funciona como uma complementação da aposentadoria.

Já o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) é como uma espécie de título de capitalização e não permite dedução do IR. Outra diferença é que no resgate dos valores, o imposto cobrado no PGBL é sobre o valor total da aplicação, enquanto no VGBL é sobre o rendimento.

Quem declarar o PGBL no Imposto de Renda recebe restituição maior ou paga menos imposto. O prazo para enviar a declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar pagar multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Ter uma previdência privada não obriga a pessoa a declarar o Imposto de Renda (veja abaixo as condições de obrigatoriedade), mas o contribuinte terá de informar a posse desses planos se tiver de enviar os dados ao fisco.

A primeira recomendação para quem vai declarar o PGBL ou VGBL é separar todos os documentos. "O principal deles é o informe de rendimentos, que é enviado pela seguradora. Os dados já estão separados por campo e o contribuinte deve usá-lo como base na declaração", diz Sandro Bonfim da Costa, superintendente de produtos da Brasilprev.

A seguradora teve até 29 de fevereiro para enviar os informes ao cliente. Caso o contribuinte não tenha recebido o documento, é preciso procurar a empresa contratada e solicitar o extrato do IR. Também é possível ter acesso a ele de forma online.

O PGBL ou VGBL deve ser declarado no nome de quem for o contratante sob risco de a declaração parar na malha fina. Portanto, se o pai paga o PGBL para o filho e tem este filho como dependente na declaração do IR, o PGBL do filho deve ser declarado como sendo do filho.

"Se o plano estiver no nome do dependente, tem de

ser declarado como sendo do dependente. Mesmo que o titular tenha pago o valor", afirma Marcos Hanguí, especialista em Imposto de Renda na King Contabilidade.

Costa alerta que o PGBL tem uma regra que precisa ser observada no momento da declaração. "Se eu tenho um filho e ele é meu dependente, eu tenho direito a abater 12% se tiver um PGBL no nome dele. Mas se o filho tiver mais de 16 anos, só posso manter o abatimento se ele [o filho] contribuir para o **INSS**", diz.

Vá na ficha "Pagamentos Efetuados", clique em Novo e selecione o código 36 (**Previdência Complementar**). Caso seja plano complementar de servidor público ou de empresa, verifique se o informe pede para usar o código 37, que é outra opção para o PGBL

Informe se o plano é do titular ou do dependente, o nome e o CNPJ da entidade de previdência

Em "descrição", descreva os dados do plano, nome e agência da entidade de previdência. Se houve resgate durante o ano, informe a quantia retirada

Preencha também os campos "valor pago" com o total repassado para o PGBL em 2023, e a parcela não dedutível. Ambos os dados constam no informe

Se você havia informado um PGBL em anos anteriores e não houve repasse de quantia em 2023, não é preciso preencher a ficha

Caso tenha sido feito PGBLs em empresas diferentes, é preciso abrir uma ficha para cada PGBL

Abra a ficha "Bens e Direitos", selecione o grupo 99 (Outros bens e direitos) e o código 06 (VGBL)

Informe se é do titular ou do dependente, qual o país do plano e o CNPJ do fundo

Em "discriminação", coloque as informações do VGBL e informe os valores nos campos situação em 31/12/2022 e em 31/12/2023

Se o plano foi adquirido em 2023, deixe o campo "Situação em 31/12/2022" com R\$ 0,00 e informe o

valor do aporte em "Situação em 31/12/2023"

Se o plano for anterior a 2023, ao preencher situação em 31/12/2023 só aumente o valor se foram feitos novos aportes durante o ano, sem contar os rendimentos. Caso tenha sido feito resgate, subtraia o valor do resgate nesta ficha; o informe de rendimentos do banco ou corretora deve trazer esse cálculo já pronto

Caso tenha sido feito VGBLs em empresas diferentes, é preciso abrir uma ficha para cada VGBL

A informação do resgate parcial ou total da quantia que está no PGBL e VGBL na declaração do Imposto de Renda varia conforme a tabela de tributação do plano contratado. Ela deve ser reportada por todas as pessoas que receberam a quantia, seja o titular, o dependente ou outros beneficiários (em caso de morte do titular).

Cada pessoa deve informar o valor recebido em sua declaração. No caso de o beneficiado ser dependente, o titular da declaração deve informar o recebimento, mas mencionando que foi o dependente quem teve acesso à quantia. "É importante fazer a distinção para evitar malha", afirma Costa.

Se o PGBL ou VGBL seguir a tabela progressiva, a tributação do Imposto de Renda aumenta conforme o saldo. A tabela foi reajustada a partir de maio do ano passado.

Veja como declarar no IR

Em caso de resgate, o contribuinte terá de informar os valores em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica"

Clique em novo, coloque nome e CNPJ da fonte pagadora, o rendimento recebido, a contribuição previdenciária oficial e o imposto retido na fonte. Todos os dados constam no informe de rendimentos

Clique em Ok

Se o resgate for de VGBL, é preciso dar baixa do plano na ficha "Bens e Direitos", informando todos os dados do VGBL e deixando em branco a situação em 31/12/2023

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Se o PGBL ou VGBL seguir a tabela regressiva, a tributação do Imposto de Renda diminui conforme o

tempo de permanência.

Veja como declarar no IR

Em caso de resgate, o contribuinte terá de informar os valores na ficha "Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva", na linha 12 (Outros)

Identifique se o plano é do titular ou dependente, preencha nome e CNPJ da fonte pagadora e o valor recebido

Em "Descrição", informe que foi um resgate do plano VGBL ou PGBL e registre os dados do plano

Clique em Ok

Se o resgate for de VGBL, é preciso dar baixa do plano na ficha "Bens e Direitos", informando todos os dados do VGBL e deixando em branco a situação em 31/12/2023

Se a pessoa usou o modelo pré-preenchido, o contribuinte precisa checar se as informações são as mesmas do informe enviado pela seguradora. Em caso de divergência, os especialistas recomendam procurar a empresa contratada para solicitar a correção. "Se não houver correção, declare o dado que chegou em seu informe, pois é o que você tem na mão", define Hangui.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são

isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/saiba-declarar-a-previdencia-privada-no-imposto-de-renda-2024.shtml>

Como governo quer taxar big techs, o "herói" do Linux e o que importa no mercado

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta segunda-feira (8). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O governo Lula (PT) abriu quatro frentes de investida para tentar tributar as big techs. A ideia é propor ao Congresso a taxaçoão ainda neste ano.

Como o Planalto quer taxar big techs:

? "Fair share" : o pagamento pelo uso de rede de telefonia.

? Cobrança de imposto sobre a renda de big techs no âmbito das discussões da regulamentação da **reforma tributária** .

? Uma espécie de "Cide" (um tipo de tributo) para o jornalismo.

? Taxação de vídeo "on demand" (streaming, por exemplo).

Uma atriz global pede para "pagar" a estadia de um fim de semana para ela e a família em um hotel de superluxo em São Paulo com publicações em suas redes sociais.

Ela acaba postando apenas um story de "look do dia", sem referência às acomodações do hotel, e vira "persona non grata" no estabelecimento .

O caso, relatado pela repórter Daniele Madureira , é apenas um entre tantos que envolvem a negociação de serviços e mercadorias por postagens nas redes.

Tem influencer que casa ou compra os imóveis da casa nova apenas com esses acordos -que têm decepcionado as empresas em alguns casos por falta de engajamento e visibilidade.

O que explica : esse escambo de serviços por like acontece em um contexto em que a publicidade tradicional perde espaço e a geração Z usa as redes sociais como referência para decidir o que consumir.

? Em 2023, 50% dos consumidores brasileiros que fizeram compras online foram influenciados por propagandas veiculadas em redes sociais, em especial Instagram e Facebook, segundo pesquisa da NielsenIQ Ebit.

Em números:

O engenheiro de software Andres Freund, um alemão de 38 anos que trabalha na Microsoft e mora em San Francisco (EUA), pode ter salvo a internet de grandes problemas na semana passada .

Entenda: ele encontrou uma brecha no sistema operacional Linux que poderia desencadear um ciberataque com enormes danos.

Por que importa: considerado o principal software de código aberto do mundo , o Linux é usado em universidades, grandes empresas e até em órgãos governamentais.

O episódio tornou o engenheiro de software como um herói entre a comunidade de desenvolvedores,

Como Freund descobriu: enquanto fazia uma manutenção de rotina no começo deste ano, ele notou algumas mensagens de erro que não reconhecia.

Ele percebeu que um aplicativo chamado SSH, usado para fazer login em computadores remotamente, estava usando mais poder de processamento do que o normal.

Foi aí que notou que alguém alguém havia plantado um código malicioso, que permitiria ao seu criador sequestrar a conexão SSH de um usuário e secretamente executar seu próprio código na máquina desse usuário.

Quem plantou o código: ainda não se sabe, e Freund está contribuindo para encontrar o hacker.

O certo é que um usuário com pseudônimo "Jia Tan" planejou o crime há tempos. Ele foi ganhando a confiança da comunidade até se tornar um "mantenedor", função que revisa e aprova mudanças.

A nova versão comprometida do código havia sido

lançada, mas ainda não estava em uso generalizado.

O quadro traz às segundas o raio-x de uma startup que anunciou uma captação recentemente.

A startup: fundada no início do ano passado, reúne em uma só plataforma diversas ferramentas de IA (inteligência artificial) para a criação de conteúdo.

Em números: a startup anunciou ter recebido R\$ 12 milhões em uma rodada pré-seed (que compreende uma fase bem inicial do negócio. Entenda aqui as etapas de aportes em startups).

Quem investiu: o fundo Canary liderou a rodada, que também teve participação de nomes como LASP Capital, Play9 (do youtuber Felipe Neto e do executivo João Pedro Paes Leme), Alexia Ventures, Crivo Ventures e Newtopia VC.

Que problema resolve: a proposta da Inner é ajudar os times criativos das empresas a navegarem no extenso universo de ferramentas de IA generativa -que ganhou força depois do lançamento ao público do ChatGPT.

Por que é destaque: criada no universo pós-febre da IA, a Inner é uma das startups que surfam a atual onda da ferramenta e que atraem bastante atenção dos investidores aqui e lá fora.

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/como-governo-quer-taxar-big-techs-o-heroi-do-linux-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>

Tecnologia ajuda no combate à indústria do celular ilegal (Editorial)

Há no Brasil 250 milhões de celulares, mais de um por habitante. Mais que bem de primeira necessidade, o aparelho virou motivo de preocupação. Quando alvo de ladrões, expõe informações pessoais, contas bancárias, cartões de crédito ou identidades digitais. Em 2022, último ano com dados consolidados, quase 1 milhão de celulares foram furtados no Brasil, 16% a mais que em 2021. O mercado de aparelhos ilegais também não para de crescer. No último trimestre de 2023, os celulares oriundos de furto ou contrabando representaram 25% das vendas, segundo pesquisa divulgada pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Há um ano respondiam por 10%. Surgiram quadrilhas especializadas em lidar com os celulares surrupitados. Mesmo bloqueados, eles podem fornecer peças ou ser contrabandeados para países africanos, onde o bloqueio não é reconhecido pela rede de telecomunicações. O universo criminoso também inclui vídeos espalhados na internet, com dicas sobre como lidar com os aparelhos roubados. A maior parte é vendida em sites que não se responsabilizam pelas vendas de terceiros. Os preços irrisórios são impraticáveis para distribuidores que atuam dentro da lei. De acordo com a Abinee, o governo federal perde R\$ 4 bilhões em **impostos** por ano com a indústria do celular ilegal, e só o estado de São Paulo deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão em ICMS.

No combate a essa modalidade de crime, a tecnologia tem sido o principal aliado das autoridades. Em dezembro, o governo lançou o programa Celular Seguro, que permite bloquear, pelo aparelho de uma pessoa de confiança, a linha telefônica, os aplicativos bancários e o identificador único do celular furtado ou extraviado (conhecido pela sigla IMEI). A partir daí, ele não pode mais ser habilitado por nenhuma operadora. Em apenas uma semana, o Celular Seguro bloqueou 4.349 aparelhos roubados ou perdidos.

Mas isso não significa que os furtos tenham parado. De janeiro de 2023 ao início do ano, apenas em São Paulo houve 640 prisões por envolvimento na indústria de furto, receptação e venda criminosa de celulares, segundo a Secretaria de Segurança Pública paulista. São quase duas por dia. Uma quadrilha investigada invadia contas bancárias e vendia peças de aparelhos. Apenas com ela, a polícia recuperou mais de 800 celulares. Um suspeito foi preso com mais de 50 numa mochila.

Nenhuma iniciativa contra o furto de celulares tem chamado mais a atenção que a promovida pela polícia do Piauí. O estado reduziu em 31% os roubos e furtos com base na identificação de celulares surrupitados que voltaram a ser habilitados. Uma parceria com o Judiciário permite o envio em massa de intimações a aparelhos de origem suspeita. Em oito meses, foram recuperados quase 6 mil celulares, mil deles devolvidos aos donos em um só dia. Os policiais também já fecharam 65 lojas envolvidas na receptação. O Ministério da Justiça anunciou que pretende disseminar pelo país as práticas do Piauí, um caminho promissor para combater a indústria do celular ilegal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Resultados melhores criam perspectivas positivas para 2024

Felipe Laurence e Victor Meneses

Puxadas pelas empresas voltadas para o mercado doméstico e pela continuidade no corte de custos, que compensou o momento fraco das commodities, as companhias brasileiras de capital aberto tiveram um bom desempenho de resultados no quarto trimestre de 2023, com evolução do lucro e das receitas na comparação anual e também sobre o terceiro trimestre.

O bom momento, na opinião de analistas, abre uma perspectiva de desempenho positivo ao longo deste ano em especial para companhias domésticas, apoiada na queda dos juros e no aumento do consumo.

Levantamento do Valor Data com 394 empresas não financeiras mostra que o lucro líquido dessa amostra chegou a R\$ 54,1 bilhões, alta de 12,6% na comparação anual e 20,4% sobre setembro. Já as receitas alcançaram R\$ 913,5 bilhões entre outubro e dezembro, crescimento de 3,4% sobre o mesmo período de 2022 e de 4,9% ante o terceiro trimestre.

Os números excluem Petrobras e Vale, pelo tamanho das companhias, para evitar uma distorção do resultado, e empresas que passaram por processos recentes de recuperação judicial cujos números são muito díspares na comparação anual, caso de Oi, Light e Paranapanema.

Apesar da melhora, os analistas ouvidos pelo Valor consideraram os resultados do quarto trimestre "neutros", ou seja, sem muitas surpresas e na maior parte dentro das expectativas que o mercado tinha para o trimestre.

Empresas que atuam no setor doméstico tiveram desempenho mais positivo do que as de exportação de commodities, impactada pela queda nos preços e também pelo fato de o dólar ter se mantido em torno de R\$4,80.

"No consolidado, os resultados vieram só 4% abaixo do que esperávamos, o que consideramos um desempenho neutro", comenta Aline Cardoso, chefe de pesquisa e estratégia para ações do Santander. "Ainda assim, tivemos um trimestre em que o lucro das empresas cresceu em média 3%, em comparação com

a queda de 20% no terceiro trimestre."

"Contra as nossas expectativas, o trimestre foi um pouco pior do que esperávamos, principalmente no Ebitda e no lucro, mas na comparação anual inegavelmente foi um desempenho bem forte", diz Carlos Eduardo Sequeira, chefe de pesquisa do BTG Pactual. Ele destaca o desempenho das empresas que atuam no setor doméstico, apoiado no melhor desempenho econômico, no período.

Os setores de energia, saneamento e telecomunicações foram os que ficaram, em geral, acima das expectativas. No primeiro, a maior demanda por energia elétrica e os preços mais altos, decorrência das altas temperaturas, acabou impulsionando resultados durante os três meses finais do ano.

Já as empresas de telecomunicações, em especial TIM Brasil e Telefônica Brasil, se aproveitaram de um ambiente competitivo mais "racional" - com ofertas menos agressivas - e conseguiram repassar aumentos de preços acima da **inflação** aos clientes. A redução nos investimentos também acabou gerando um aumento significativo de margens e geração de caixa robustas.

No geral, o que chamou a atenção dos analistas foi a melhoria na eficiência que as empresas domésticas apresentaram no quarto trimestre, com expansão de margens e geração de caixa robusta graças às iniciativas tomadas nos últimos anos. "Um cenário mais duro gerou a necessidade das empresas buscarem essa eficiência de margens maior", diz Sequeira, do BTG.

Em levantamento do Bank of America (BofA), que leva em conta 79 empresas que compõem o Ibo-vespa, inclusive companhias financeiras, o lucro por ação teve queda de 13%, enquanto o resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 3% e as receitas se mantiveram estáveis, na comparação anual. Sobre o terceiro trimestre, o lucro por ação caiu 1% no ano, o Ebitda subiu 15% e as vendas caíram 6%.

Quando retirados efeitos de empresas de energia e materiais básicos, notadamente Petrobras e Vale, o lucro por ação teve crescimento de 21% no quarto

trimestre, sobre o mesmo período de 2022, com o Ebitda também subindo 21% e o faturamento das 79 companhias observadas aumentando 5%. Sobre o terceiro trimestre, o lucro por ação ficou estável, já o Ebitda teve alta de 9% e as vendas das empresas aumentaram 6%.

Empresas que lidam com commodities tiveram resultados fracos, o que já era esperado, em decorrência da queda nos preços, o que acabou causando uma redução nos lucros. No levantamento do BTG, empresas de commodities tiveram queda de 7,2% nas receitas e 22,7% no lucro líquido, na comparação anual. Para o Santander, os resultados acabaram vindo um pouco melhores por conta de uma queda menor do que esperavam nos preços.

Tanto petróleo quanto celulose tiveram preços mais baixos ao longo do quarto trimestre, com o barril do Brent em queda de 7% no período, US\$ 83 na média, enquanto a celulose negociada na China teve redução de 29% nos preços, a US\$ 615 por tonelada, por causa das incertezas macroeconômicas ao redor do mundo.

Já o minério de ferro manteve patamares elevados, com problemas na ponta da oferta, mas o aproveitamento das siderúrgicas foi baixo e o preço do aço se manteve pressionado.

No geral, as expectativas para o ano parecem mais otimistas. Uma análise feita pelo Santander das transcrições das teleconferências de resultados das empresas durante o primeiro trimestre, mostra um aumento significativo no uso da palavra recuperação e menos citações de **inflação** e inadimplência, uma indicação de que as companhias projetam um ambiente melhor em 2024 - o que pode representar melhores margens de lucro ao longo do ano.

"Temos expectativa que a retomada de atividade, ganho de salário real e menor desemprego deva ter efeitos positivos nos setores de consumo durante o primeiro trimestre", diz o chefe de pesquisa do BTG. "Não será uma temporada espetacularmente mais forte, mas a tendência de melhoria deve continuar", afirma. Ele pondera que muito da melhoria virá dos juros mais baixos, reduzindo pressão nas despesas financeiras.

R\$54 bi de lucro líquido nas empresas avaliadas

"No consolidado, os resultados vieram só 4% abaixo do que esperávamos" Aline Cardoso

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1§ion=1>

São Paulo arrecada R\$ 1 bi de devedores contumazes em 2023

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) conseguiu arrecadar, em 2023, R\$ 1,09 bilhão por meio da cobrança de ICMS dos chamados "inadimplentes contumazes". São contribuintes que declaram o que devem mas, sistematicamente, deixam de recolher o imposto.

Informação repassada ao Valor com exclusividade pela Supervisão Executiva de Cobrança e Recuperação de Dívida (SECRD) detalha que, desse total, R\$ 787,7 milhões foram pagos à vista e R\$ 302,2 milhões por meio de parcelamentos. Atualmente, a SECRD diz acompanhar 212 empresas e registra 254 acompanhamentos concluídos.

Os acompanhamentos são reuniões entre auditores fiscais e contribuintes com o objetivo de se chegar à adimplência, ou seja, o pagamento de **impostos** correntes - ainda não inscritos na dívida ativa. Levam de seis meses a dois anos.

Segundo a Sefaz-SP, os critérios usados para identificar a inadimplência contumaz estão no artigo 19 da Lei nº 1.320 (que trata do programa "Nos Conformes"), de 2018. A prática, acrescenta, costuma ser planejada, como uma estratégia de negócios.

O resultado de arrecadação bilionária, diz a SECRD, somente foi possível em razão de uma abordagem "desregionalizada" dos fiscais, por meio do teletrabalho. "Contamos hoje com uma equipe enxuta de 20 auditores para realizar esse trabalho de cobrança qualificada, além de dois auditores na gestão", diz Gislaine Lima Alves, assistente fiscal e uma das gestoras do órgão. "Trabalhamos bastante com gestão do conhecimento e ciência de dados, recebendo suporte da Supervisão de Cobrança." Antes, a cobrança dos devedores contumazes era feita por cada delegacia, em determinada região. Em abril de 2022, verificou-se que era melhor fazer esse trabalho de forma estadual. Nasceu a SECRD, para cuidar de uma fila única de contribuintes. "Agora grandes devedores aparecem em primeiro lugar nessa fila e trabalhamos a empresa como um todo, mesmo que ela tenha filiais espalhadas pelo Estado", afirma Gislaine.

No teletrabalho, diz Alex Sandro Kuhn, supervisor fiscal da SECRD, os fiscais se organizam por setores econômicos, o que gera uma maior especialização,

melhor qualidade dos trabalhos e celeridade. "Com certeza, antes desse novo formato para a cobrança de devedores contumazes, nosso número estava longe do R\$ 1 bilhão ao ano", afirma.

Quando os acompanhamentos para a cobrança qualificada são concluídos, dizem os auditores, ou é feita a reversão do comportamento do contribuinte para a adimplência ou é implantado um regime especial para a empresa. Há ainda casos de extinção. São extintas as empresas abertas para a prática de fraude, como as criadas só para emitir notas fiscais. A adimplência, muitas vezes, ocorre por meio do parcelamento ordinário do imposto devido.

Por meio de parcelamentos ordinários, no ano de 2023, contribuintes inadimplentes contumazes se comprometeram a pagar mais R\$ 1,6 bilhão, segundo a Sefaz-SP. Nesses casos, o ICMS declarado mas não pago e ainda não inscrito na dívida ativa é quitado em até 60 vezes, com juros Selic e multa de mora de 10%.

Já o regime especial impõe regras específicas de prestação de contas- por exemplo, o contribuinte deve recolher ICMS a cada venda e não do total de vendas mensal. A própria supervisão reconhece que algumas condições de regimes especiais são, muitas vezes, questionadas na Justiça. "Mas nossa taxa média de sucesso no Judiciário, nesses casos, é de 90%", destaca Kuhn.

Para o advogado Igor Mauler Santiago, sócio-fundador do Mauler Advogados, em geral, o enquadramento como devedor contumaz é uma forma de pressão para o pagamento de **tributos** que o contribuinte pretende discutir, "o que seria, na prática, a supressão do seu direito de defesa". As medidas impostas ao contribuinte assim qualificado também são, segundo o advogado, "em sua ampla maioria, frontalmente inconstitucionais".

Entre tais medidas, Santiago aponta a exigência do ICMS operação a operação, sem considerar os créditos quanto a bens do ativo; o cancelamento do cadastro fiscal do contribuinte; e a vedação à fruição de benefícios fiscais por 10 anos, mesmo que as dívidas sejam regularizadas.

O tributarista Daniel Ávila, sócio do Locatelli

Advogados, lembra que mais de 90% da arrecadação de ICMS é espontânea e que a maioria das empresas que deixa de pagar o imposto é por estar em dificuldade financeira, não por má-fé. "Até porque se uma empresa deixa de recolher um tributo e fica sem a certidão negativa tem portas fechadas de acesso a crédito", afirma.

Mas Ávila também aponta que a Lei Complementar nº 199, de 2023, que permite às administrações tributárias municipais, estaduais e federal compartilharem dados para elevar a efetividade da fiscalização, gerou um "enorme poder", o que aumentaria as chances do devedor contumaz ser identificado.

"Mais de 90% da arrecadação de ICMS é espontânea"
Daniel Ávila

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835>

Os desafios para o Brasil se tornar protagonista em economia verde

LUCIANA DYNIEWICZ BEATRIZ BULLA

O Brasil está diante de uma oportunidade única. A necessidade urgente de o mundo reduzir as emissões de carbono para segurar o aumento da temperatura global - que desencadeou uma transição das tecnologias energéticas baseadas em combustíveis fósseis para as renováveis - dá ao País a chance de criar 6,4 milhões de empregos (o equivalente a 14,6% das vagas com carteira assinada) e aumentar o **PIB** em US\$ 100 bilhões, ou 4,7% do valor atual.

Privilegiado por ter fontes de energia renovável, como água, vento e incidência solar, o Brasil é um dos países que teriam menos dificuldade para zerar suas emissões líquidas de carbono até 2050 (conforme se comprometeu no Acordo de Paris). Para zerar as emissões, um país tem de remover da atmosfera o mesmo volume de gás carbono que emite. Isso pode ser feito plantando árvores e restaurando pastagens, que absorvem gases, ou adotando tecnologias que capturam os gases e os armazenam no subsolo, por exemplo.

Para o Brasil, é relativamente fácil atingir esse equilíbrio entre a quantidade de gases lançada no ar e a retirada, porque, no País, o grande vilão das emissões é o desmatamento - em grande parte, feito para dar espaço à pecuária. Se o Brasil cessar a derrubada de florestas, poderá avançar rapidamente e se tornar protagonista desse novo mundo, fornecendo soluções a terceiros. O tempo para isso, porém, é curto.

O Estadão viajou ao Sul e ao Norte do País para mostrar em qual estágio estão os grandes projetos de transição energética.

A partir de hoje, uma série de reportagens especiais conta as histórias das iniciativas que prometem colocar o Brasil na dianteira da nova economia mundial. Histórias para entender o potencial do hidrogênio verde, a convivência entre agronegócio e preservação ambiental, a necessidade de mineração com menor impacto, o nascimento de um mercado de crédito de carbono, o avanço dos biocombustíveis e o futuro do transporte.

O trabalho de apuração da série começou no segundo semestre de 2023 e foi financiado, em parte, por uma

bolsa da empresa Meta, dentro do Facebook Journalism Project (FJP).

As reportagens multimídia envolveram o trabalho de 25 profissionais, oito viagens e mais de cem entrevistas.

A conta para a descarbonização brasileira é mais barata graças às suas fontes de energia.

Enquanto parte do mundo precisa trocar o carvão por uma fonte limpa, o Brasil já tem 48,5% de sua matriz energética ligada a fontes renováveis, como água e vento. A média no mundo é de 15%. "Investir em descarbonização no Brasil não é só sobre zerar as emissões líquidas, é sobre criar um benefício econômico relevante. Pelas nossas características, temos uma grande competitividade nas cadeias para descarbonizar a economia global", diz Henrique Ceotto, sócio da consultoria McKinsey.

Oportunidades Transição energética pode gerar no País 6,4 milhões de empregos e agregar US\$ 100 bilhões ao **PIB**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Um debate sério é necessário (Artigo)

Luís Eduardo Assis Economista, autor de "O Poder das Ideias Erradas" (Ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP. E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

É tempo de celebração. A revista internacional Central Banking escolheu o Banco Central brasileiro como o melhor banco central de 2024. Tipo campeão mundial. A publicação traz longo texto laudatório à instituição canarina, que soube exercer seu mandato "de forma exemplar, apesar das pressões externas". Cita também os esforços da instituição na inclusão de milhões de pessoas por meio da criação de um sistema pioneiro de pagamento digital, o Pix.

De fato, trata-se de um feito de enorme alcance.

Já no combate à **inflação**, a avaliação não é tão certa.

Depois de bendizer a rápida ação na elevação dos juros - que se adiantou em relação aos bancos centrais de países ricos -, a revista lembra que a **inflação** brasileira bateu 12,3% em abril de 2022, mas, graças ao aperto monetário (ajudado pelo corte nos **impostos** sobre combustíveis com que Jair Bolsonaro tentou ganhar a eleição), recuou para 3,2% em junho de 2023.

Muita calma nessa hora. No período citado pela revista, o item "Alimentação no Domicílio" do IPCA despencou de 16,1% para 2,9%. De forma parecida, a **inflação** dos produtos comercializáveis (cujos preços acompanham cotações internacionais) também se precipitou de 13,6% para 3,5%. Isso pouco ou nada tem a ver com os juros do Banco Central. Lembre-se aqui que a correlação desses dois indicadores com o IPCA é extremamente alta (mais de 80% no caso de comercializáveis).

Já a **inflação** de serviços, que reflete, essa sim, o impacto dos juros altos no nível de emprego, recuou quase nada, de 6,9% para 6,2%.

O resumo da ópera é simples.

A eficácia da alta da Selic sobre a **inflação** de uma economia como a brasileira é muito limitada, o que exige juros extremamente altos por um longo período para que os resultados - com sorte - apareçam.

Alheio ao galardão do Banco Central, o ministro do Trabalho, encharcado de ideias equivocadas, declarou

que o Banco Central precisa "estudar mais" porque aumentar juros é uma forma burra de controlar a **inflação**. Trata-se de uma maneira pouco inteligente de iniciar um debate que, justamente por ser importante, precisa se pautar por argumentos sérios.

É preciso ampliar o escopo da política anti-inflacionária.

O mero aumento da Selic, algo muito fácil de ser feito, traz consequências extremamente danosas, a começar pelo impacto na concentração de renda e na evolução da dívida pública - as despesas com juros do governo federal cresceram 130% nos últimos três anos. Mas acusações soltas ao Banco Central apenas criam uma babel de vozes que nada ajuda nesse debate.

Luís Eduardo Assis, Economista, autor de "O Poder das Ideias Erradas" (Ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP.

E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

País tem oportunidades em muitas frentes da onda de descarbonização

LUCIANA DYNIEWICZ BEATRIZ BULLA

O Brasil é competitivo em diversas frentes do processo de descarbonização em que os países terão de investir nos próximos anos para alcançar as metas estabelecidas. O País pode vender crédito de carbono - uma ferramenta criada para compensar a emissão de gases poluentes, pela qual quem emite muito pode comprar créditos de quem preserva ou recupera florestas. Pode exportar hidrogênio verde, a grande aposta do mundo para substituir o petróleo. Produzido a partir da água, ele não gera gases e pode ser transformado em amônia para ser enviado a outros países em navios. Pode aproveitar a expertise adquirida com o etanol e explorar matérias-primas como macaúba e soja para vender biocombustíveis no mercado internacional.

Para aproveitar essas oportunidades, no entanto, não basta zerar as emissões, mas ter emissões negativas, isto é, retirar mais gases da atmosfera do que emite. É preciso, por exemplo, preservar florestas, regenerar pastos (que também absorvem carbono), além, claro, de reduzir as emissões.

É no cenário de emissões negativas que os investimentos em energia limpa podem gerar até 6,4 milhões de vagas de emprego e o PIB ganhar US\$ 100 bilhões. Na hipótese de o Brasil apenas zerar o quanto emite de carbono, esses números caem para 3,8 milhões e US\$ 34 bilhões. "O caminho para zerar as emissões é sem graça.

Aquele que de fato cria uma oportunidade, um motor verde para a economia, é o que torna o País carbono negativo em 2050", diz Henrique Ceotto, sócio da McKinsey.

O Brasil, no entanto, não pode perder tempo. Os países têm uma janela apertada para o tamanho da transformação que precisam realizar. Apesar de a meta global mirar em 2050, parte dos objetivos tem de ser cumprida até 2030. "Precisamos de marcos no caminho.

É fácil colocar um objetivo para 2050. O difícil é chegar lá. Se olharmos os prazos mais curtos, era de se esperar que já houvesse resultados para mostrar", diz Arthur Ramos, sócio da consultoria BCG.

ATRASADOS. Por ora, a conclusão é que, ao menos no Brasil, investimentos e políticas públicas estão atrasados. "O País ainda não tem como alcançar as metas.

Não tem um estudo que indique o que cada setor precisa fazer", observa Ramos. Os especialistas, no entanto, reconhecem que, após um longo período de agenda travada em Brasília, os projetos que impulsionam a transição energética ganharam velocidade nos últimos seis meses - embora ainda insuficiente.

Os investimentos na transição energética - que incluem, por exemplo, usinas de hidrogênio verde e de biocombustível - precisam chegar a US\$ 165 bilhões por ano no País.

Ceotto contabilizava, até setembro de 2023 (último dado disponível), US\$ 65 bilhões em projetos, que deverão ser executados ao longo de vários anos. "A ordem de grandeza já diz que estamos atrasados." Sócia da consultoria Bain, Daniela Carbinato pondera que a maior parte das grandes economias deu tração à transição nos últimos anos, mas que todos têm consciência de que é preciso acelerar o passo. "Nenhum país está onde gostaria. Executivos de empresas de energia mostram desconforto com a velocidade." Ela destaca que companhias privadas de setores que passarão por uma transformação disruptiva, como as de energia e as de cadeias que geram muito carbono, caso das siderúrgicas, estão trabalhando ininterruptamente em soluções que permitam a sobrevivência de seus negócios. "Elas enfrentarão mudanças muito complexas e o retorno dos investimentos, além de ser de longo prazo, tem um grau de risco elevado." No geral, porém, as companhias ainda dependem de um arcabouço regulatório claro para definir suas estratégias. Segundo a subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, Cristina Reis, a agenda de transição energética é prioridade para o governo e o fato de alguns projetos terem sido aprovados pelo Congresso no primeiro ano do governo é motivo para comemorar.

No fim de 2023, por exemplo, a Câmara dos Deputados aprovou o PL que regulamenta o mercado de carbono. Porém, há muito ainda a ser feito no âmbito regulatório.

Atraso País precisaria investir US\$ 165 bi na transição energética, mas projetos hoje somam US\$ 65 bi

Vantagem

45% da matriz energética brasileira já é ligada a fontes renováveis, como água e vento, enquanto que a média no mundo é de 15%

2050 é o prazo para zerar as emissões, mas o ideal é o País ser carbono negativo o quanto antes

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dividendo da Petrobras ajudará o governo a tapar "buracos"

BIANCA LIMA E ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Pivô do mais recente racha no governo, a distribuição de dividendos extraordinários da Petrobras, caso se confirme, trará alívio fiscal à equipe econômica no curto prazo. O valor servirá para tapar o "buraco" deixado pela desoneração da folha dos pequenos municípios, uma derrota imposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

E, ao fazer isso, aumentará as chances de o governo abrir espaço para gastos extras de até R\$ 15,7 bilhões neste ano.

Haddad foi convocado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma reunião.

O encontro estava previsto para começar às 20h no Palácio da Alvorada, a residência oficial de Lula. Segundo a Coluna do Estadão, também deveriam participar do encontro os ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação). Além dos dividendos, havia a expectativa de uma conversa sobre a permanência de Jean Paul Prates à frente da Petrobras.

Com relação aos dividendos, na Fazenda o clima é de torcida, como mostrou o Estadão: tanto para que a distribuição se confirme como para que ocorra o mais rapidamente possível. Se o pagamento for integral, isso significará R\$ 43,9 bilhões, sendo R\$ 12,6 bilhões devidos à União, que é a principal acionista da estatal.

Na quinta-feira, os ministros Haddad, Costa e Silveira acertaram, em reunião fechada, a distribuição dos valores extraordinários.

A proposta, porém, precisava do aval do presidente Lula - e, depois, do conselho de administração da estatal.

CAIXA PARA INVESTIR. A principal exigência do governo com relação aos dividendos é de que não haja prejuízo ao plano de investimentos da empresa - com o qual o Planalto quer gerar empregos e turbinar a economia.

Na reunião de março, o conselho da estatal decidiu

pela retenção dos valores, deixando evidentes as divergências dentro da gestão petista.

O novo arcabouço fiscal autoriza o governo a abrir um crédito suplementar de até R\$ 15,7 bilhões, no mês de maio, caso a estimativa de arrecadação para 2024 seja maior do que a prevista inicialmente.

Mas esse não é o único pré-requisito.

Como antecipou ao Estadão o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o espaço para gastos extras só será aberto se não colocar em risco a meta de déficit zero.

Como há uma margem de tolerância para a meta - de 0,25 ponto porcentual do **PIB** para mais ou para menos -, a União poderá ter um rombo de até R\$ 28,8 bilhões sem que isso signifique descumprimento do alvo fiscal. A conta, portanto, é a seguinte: a equipe econômica precisará chegar em maio com uma estimativa máxima de déficit de R\$ 13 bilhões (hoje, a projeção de déficit está em R\$ 9,3 bilhões). Caso contrário, os novos R\$ 15,7 bilhões, que se somarão a esse número, levarão ao estouro da meta fiscal.

Ficar dentro dessa margem, porém, tornou-se ainda mais desafiador depois da decisão de Pacheco de anular a reoneração da folha previdenciária dos pequenos municípios - medida que significará R\$ 10 bilhões a menos no caixa da União em 2024 - "buraco" que será coberto pelos dividendos da Petrobras, caso a distribuição se confirme.

"O que importa é o timing.

Se o governo chegar em maio, no relatório bimestral, e ainda conseguir sustentar projeções em linha com a meta, considerada a banda inferior (déficit de até R\$ 28,8 bilhões), então poderá acionar o aumento do limite de gastos", diz o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto. "Nesse sentido, a receita de dividendos ajudaria, mesmo que apenas naquele momento, a sustentar uma projeção mais otimista." Há, ainda, outras propostas no Congresso com alto risco de derrota para o governo. Entre elas está a medida provisória que trata do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e do limite às compensações tributárias das grandes empresas, além da análise do veto do presidente Lula a R\$ 5,6

bilhões em emendas de comissão - que deve voltar ao radar dos parlamentares nesta semana.

Tiago Sbardelotto, economista da XP, alerta que, além da questão dos municípios e das incertezas no Legislativo, o governo terá de lidar com um segundo "buraco": a arrecadação menor que a prevista em março.

"A abertura desse crédito vai depender muito da arrecadação de março e abril. O início de março (pelos dados preliminares) foi bom, mas abaixo do que o governo estimava", diz Sbardelotto, que é auditor licenciado do Tesouro Nacional.

Para contornar esse cenário e garantir a abertura do crédito extra, o economista Gabriel Leal de Barros prevê que o governo deverá lançar mão de uma revisão para cima na projeção de **PIB**, o que elevaria as estimativas de receita no ano. Barros, que é sócio da Ryo Asset, avalia que a distribuição dos dividendos evitaria uma degradação maior das contas públicas, mas, ainda assim, seria insuficiente para viabilizar o déficit zero em 2024. "Acho muito difícil que o governo não mude a meta no segundo semestre." A Fazenda torce por um desfecho rápido, de olho no relatório de maio, mas também faz contas para os dois próximos anos. Isso porque o eventual aumento de gastos em 2024 terá potencial para afetar as despesas adiante.

Risco

Propostas que tramitam no Congresso, como a restauração do Perse, ameaçam as contas

Crédito extra

R\$ 15,7 bi seria o espaço para despesas extras do governo que o reforço de caixa pelos dividendos poderia ajudar a abrir

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Cenário externo vai ditar ritmo de corte dos juros"

GEOVANI BUCCI ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Luciano Telo, Passou pelas áreas de investimento do Itaú, do Goldman Sachs e da XP antes de ingressar no UBS, em 2020

O Federal Reserve (Fed) deve realizar um corte de juros no próximo dia 12 de junho, em 0,25 ponto porcentual, diz o executivo-chefe de investimentos do UBS Wealth Management no Brasil, Luciano Telo.

A decisão pode impactar o Banco Central brasileiro, que deve realizar os próximos movimentos considerando os rumos da autoridade americana.

No relatório Investing in Brazil: Market Conundrum, enviado com exclusividade para o EInvestidor, o banco diz que há espaço para cortes na taxa Selic ainda maiores do que o projetado atualmente pelo mercado, dos atuais 10,75% para 9,75% ao ano no final do ciclo.

Nesse cenário, o UBS recomenda ações e títulos indexados à **inflação** aos investidores.

Ainda de acordo com o relatório, não há sinais de recessão chegando a curto prazo nos Estados Unidos, e o banco vê uma desaceleração lenta na atividade econômica e na **inflação** americana. Se os dados seguirem como esperado até junho, com **inflação** e criação de empregos em linha com as projeções de mercado, haverá um corte de juros de 0,25 ponto porcentual pelo Fed, diz o relatório do UBS.

Enquanto isso, o mercado brasileiro tem reagido negativamente aos dados econômicos recentes. A economia cresce mais forte do que o esperado, mas as ações estão caindo.

"O que estamos observando aqui é algo que chamamos de paradoxo do mercado. Apesar de termos tido dados favoráveis no Brasil, os juros locais aumentaram e a Bolsa brasileira não teve um desempenho tão bom quanto as internacionais", diz o executivo.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Quais as perspectivas que o UBS tem fornecido para seus clientes diante do cenário atual?

Estamos comunicando aos investidores que, se os dados continuarem conforme o esperado até junho, com **inflação** e criação de empregos em linha com as projeções de mercado, nossa visão é de um corte de juros de 0,25% pelo Fed. O mercado anteriormente esperava cortes mais rápidos e intensos, mas agora estamos trabalhando com a expectativa de três cortes de 0,25%. Este é um cenário que oferece alguma melhoria nos ativos, mas sem os impactos dramáticos de cortes rápidos nos juros. Trata-se de um ambiente de crescimento mais moderado e construtivo.

O UBS acredita que o BC daqui pode cortar até mais do que o esperado?

Na próxima reunião do Banco Central, em 8 de maio, esperase um corte de 0,5 ponto porcentual, o que faria a Selic diminuir de 10,75 para 10,25% ao ano. Na reunião seguinte, em 19 de junho, tanto o mercado quanto nós acreditamos que é mais provável que ela caia para 10%.

Se observarmos a taxa esperada para junho, conforme projetado, que é de 9,75 no final deste ciclo, a diferença é de apenas 0,25 ponto. Portanto, há a possibilidade de uma surpresa. Mas veja, a reunião do Copom será dia 19 e a do Fed será no dia 12.

Se o BC americano cortar (os juros) em junho, o mercado também projetará mais cortes no futuro.

Então, na sua visão o Fed deve começar os cortes em junho?

Nossa previsão é que o corte ocorra em junho. Mas o mercado está dividido. Se isso não ocorrer, acreditamos que o Fed poderá agir no terceiro trimestre, já que manter os juros nos níveis atuais nos EUA poderia desacelerar a **inflação** e a atividade econômica.

O Fed pode optar por esperar mais para permitir essa convergência, mas, ao final, deverá encontrar espaço para a redução.

O relatório do UBS diz que os mercados brasileiros reagiram mal aos recentes dados econômicos, que no geral têm sido positivos...

O que estamos observando aqui é algo que

chamamos de paradoxo do mercado. Apesar de termos tido dados favoráveis no Brasil, os juros locais aumentaram e a Bolsa brasileira não teve um desempenho tão bom quanto as internacionais.

Isso ocorre principalmente devido ao cenário externo - os juros dos títulos do Tesouro americano (treasuries) continuam altos.

A taxa de 10 anos desses títulos tem se mantido acima de 4,20%, o que é considerado alto, especialmente diante da expectativa de **inflação** em torno de 2%. Isso cria um prêmio de juros reais muito alto nos EUA, o que afeta diretamente mercados emergentes, especialmente o Brasil, conhecido como um país "alto beta", muito sensível a mudanças no cenário global.

Quais são suas recomendações para os investidores neste momento?

Buscamos uma carteira equilibrada, com diversas classes de ativos, visando um horizonte de uma década.

Hoje, nossa alocação média inclui cerca de 25% em ativos ligados à **inflação** no Brasil, 12,5% em ativos ligados à Bolsa, 25% em multimercados, 12,5% de prefixados e o restante em pós-fixados e indexados à Selic.

"O que estamos vendo aqui é algo que chamamos de paradoxo de mercado. Apesar dos dados favoráveis, os juros locais sobem e a Bolsa não vai bem"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para o Copom, menos pode ser mais - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central disseram nos últimos dias que, se o colegiado for mais devagar na baixa da Selic, poderá chegar mais longe no ciclo de distensão. Isso significa que dentro de duas reuniões, em junho, a Selic cai só 0,25 ponto percentual?

Não necessariamente. O cenário central é uma baixa de 0,5 ponto, que só não foi sinalizada porque as incertezas aumentaram, e há risco de baixar menos. A teoria do "menos é mais" parece ter a intenção de mostrar que, se o BC reduzir o ritmo de cortes para 0,25 ponto, a taxa no fim do ciclo não será maior. Para combater a **inflação**, o que importa é o juro médio, que pode subir se o ritmo de cortes for menor, para uma mesma taxa no fim da distensão.

No seu ciclo de comunicação da última reunião - incluindo **comunicado**, ata do Copom, Relatório de **Inflação**, entrevistas e pronunciamentos ao mercado financeiro - todo esforço foi direcionado para deixar viva a possibilidade de um corte de juros de 0,5 ponto percentual em junho.

O Banco Central manteve o seu cenário básico e deu sinais indiretos de que, nele, estava contemplado um corte de 0,5 ponto. Despertando incredulidade em muitos, disse que as incertezas que encurtaram a sua sinalização futura para os juros a apenas uma reunião também incluem riscos positivos, e não apenas negativos. Também procurou minimizar a força da dissidência do Copom que, conforme a ata da última reunião, defende a desaceleração no ritmo de corte de juros se a incerteza se prolongar até junho.

O mercado pode até não concordar com a sinalização do Copom, mas não a pode ignorar, porque o Banco Central tem um bom domínio da taxa de juros de curto prazo. Assim, a hipótese de queda de 0,5 ponto está no jogo.

Mas como juntar isso com a comunicação verbal mais recente sobre anelar mais devagar com os juros para chegar mais longe? O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tocou no assunto na entrevista

do Relatório de **Inflação**. "Houve um questionamento [na reunião de março do Copom] de qual é o ritmo [de cortes na Selic], ou qual é o caminho, que nos levaria mais longe com maior certeza", informou.

Em cada reunião, o Copom costuma analisar várias trajetórias diferentes de cortes na taxa Selic para um mesmo cenário básico. Explicando melhor: primeiro, o Banco Central traça um cenário básico para projetar a **inflação**, incluindo a sua opinião sobre, por exemplo, o preço dos alimentos, o grau de aperto no mercado de trabalho e os juros americanos. Depois, roda algumas vezes o modelo de projeção, alimentando com diferentes trajetórias de queda da taxa Selic. O resultado disso são várias projeções de **inflação** para diferentes trajetórias da Selic, usando o mesmo cenário.

O público externo só conhece uma dessas projeções, divulgada após cada reunião do Copom, que leva em conta a trajetória de queda da Selic prevista pelos analistas econômicos no boletim Focus. Pela mais recente, a **inflação** ficaria em 3,2% em 2025, ano em que o Copom se propõe a cumprir a meta de 3%, caso a Selic saia dos atuais 10,75% ao ano e chegue a 9% no fim deste ano e 8,5% no ano que vem. Essa não é visão do Copom para o juro. É, na verdade, uma projeção condicionada ao que o mercado prevê para a Selic. É útil para saber se a trajetória mediana prevista pelos economistas permite ou não cumprir a meta de **inflação**.

Mas o que importa, na verdade, não é apenas a taxa no fim do ciclo de corte de juros, e sim toda a trajetória de queda de juro. O modelo de projeção do Copom usa a média da taxa Selic prevista pelo mercado nos próximos 12 meses. O Focus projetava, antes da última reunião do Copom, quedas de juros de 0,5 ponto em maio, junho e julho. Em setembro, a taxa ficaria parada e, em novembro, seria reduzida em 0,25 ponto, para 9%. A Selic ficaria estável na última reunião deste ano, e depois voltaria a cair 0,25 ponto na segunda e na quarta reuniões de 2025, chegando a 8,5%.

O que o Copom fez na última reunião, aparentemente, foi analisar diferentes trajetórias de corte de juros, o que inclui diferentes ritmos e diferentes taxas terminais. Quando mais devagar o Copom cortar os juros, mais altos serão os juros médios ao longo dessa

trajetória. Quanto maior o juro médio, menor a **inflação** projetada, e mais perto da meta. Isso permite que, em tese, o Copom chegue a uma taxa mais baixa ao fim do ciclo, caso vá mais devagar.

Alguns analistas vêm chamando a atenção, nas últimas semanas, que a projeção condicional de **inflação** não permite chegar a uma taxa de 9% ao fim do ciclo. Normalmente, esse cálculo simples é útil para checar até onde a Selic pode cair. Atualmente, essa regra de bolso perde um pouco a validade.

Primeiro porque na ponta o modelo já usa uma taxa abaixo de 9% nas suas projeções, já que ele é alimentado pelos próximos 12 meses (a Selic média do Focus usada no modelo no primeiro trimestre de 2025 é de 8,92%, segundo o Relatório de **Inflação**).

O mais importante é que os membros do Copom estão chamando a atenção sobre como a trajetória de cortes de juros pode levar a uma taxa menor ao fim do ciclo. A conta que o mercado deveria fazer é o quanto um ritmo mais lento afeta as projeções de **inflação**. Pode não ser muito, mas a direção é clara: um ritmo menor não significa juro maior no fim do ciclo.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1§ion=1)

Brasileiro está mais pessimista e cauteloso com cenário, indica Ipsos

Ívina Garcia

O consumidor brasileiro está mais cuidadoso e pessimista quanto ao cenário atual, mostrando uma nova queda no índice de Confiança do Consumidor, segundo dados divulgados pela Ipsos. Março fechou com queda de 1,2 ponto no índice, após uma alta de 1,8 ponto no mês anterior, antecedido de três quedas consecutivas de novembro a janeiro.

A oscilação aponta que o consumidor brasileiro está mais reativo e cauteloso, isso motivado pelo cenário político-econômico atual. O economista e CEO da Ipsos, Marcos Calliari, diz que o principal fator neste mês está relacionado à questão climática. "O Brasil registrou nas duas primeiras semanas de março um recorde de demanda de energia por onda de calor, aumentando consequentemente os gastos com as contas do mês", explica.

Apesar das oscilações, com 56,8 pontos, o Brasil ainda ocupa a quarta colocação no índice global da Ipsos, que conta com 29 países, ficando atrás apenas da Índia (72,2), Indonésia (63,4) e México (58,6), estando acima da média global de 48,6 pontos. O índice de confiança mede não só a capacidade de compra, como também a visão que os consumidores têm em relação ao futuro. Esses fatores influenciam ativamente na forma como a população gasta ou não no mês.

Além da questão climática, o aumento do dólar, que chegou a R\$ 5,05, e a baixa popularidade do governo Lula, após posicionamentos do presidente com relação aos conflitos internacionais, também deixaram a população mais pessimista.

Calliari conta que, historicamente, o índice vem mostrando variações distintas quando observado anualmente. Entre 2022 e 2023 foi observado um crescimento constante, muito puxado pelas várias notícias econômicas otimistas, como crescimento do **PIB**, redução da **inflação** e diminuição da taxa de juros, além do otimismo natural associado ao início de uma nova administração.

A partir da segunda metade de 2023, os números começaram a oscilar bastante em reflexo da desaceleração na queda da **inflação** e uma taxa de juros que não cai rapidamente. "Olhando para o futuro,

espera-se uma redução adicional na taxa de juros, talvez mais lenta do que o esperado", explica.

Apesar disso, o cenário ainda não é totalmente positivo, porque, segundo Calliari, as reformas necessárias para impulsionar o crescimento, como a **reforma tributária**, estão enfrentando dificuldades de aprovação e negociação.

"No médio prazo, as eleições municipais podem intensificar a polarização e os ataques políticos, o que pode levar a um maior desgaste. Além disso, não se espera que essas eleições ofereçam grandes oportunidades para os governos ligados à administração federal atual", diz.

No cenário internacional, o Brasil precisa se consolidar como um destino seguro para investimentos, usando os conflitos na Europa e a instabilidade nos Estados Unidos como ponte para ocupar esse espaço, o que ajudaria a fortalecer o otimismo do consumidor, explica o economista.

4º Lugar é a posição que o Brasil ocupa entre os países com maior confiança

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1§ion=1>

Elaboração da LDO põe de novo metas fiscais em xeque (Editorial)

O envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo Executivo ao Congresso até a próxima segunda-feira (15) recoloca em questão as metas fiscais para este ano e o próximo. Pelos cálculos do governo, o aumento de arrecadação permitiu que na primeira revisão de receitas e gastos, encerrada em fevereiro, o contingenciamento de despesas fosse mínimo, um dos menores em muito tempo - R\$ 2,9 bilhões. Em tese, isso dá a ideia de que a situação fiscal é confortável, quando, na verdade, é o contrário. Pelas projeções do mercado, a meta não será atingida neste ano e em nenhum outro do terceiro mandato de Lula.

Não se trata de uma fatalidade: com corte de gastos é possível atingir as metas. Mas o Planalto, desde a criação do novo regime fiscal, prefere tentar apenas o aumento de receitas para isso, um processo com limites óbvios em um país que já exhibe alta carga tributária.

As despesas estão crescendo bem mais que as receitas, que já foram, em boa parte, elevadas para fechar brechas - casos dos fundos exclusivos e dos fundos offshore. Há um limite para o aumento da arrecadação e ele está próximo, disse a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. "Está se exaurindo o aumento do Orçamento brasileiro pela ótica da receita, passar disso significa aumentar imposto. Precisamos colocar para rodar a esteira sobre a ótica da despesa", afirmou.

A ministra afirmou que todos os cálculos estão sobre a mesa, o que envolve contenção obrigatória de gastos no exercício orçamentário e as metas fiscais deste e do próximo ano. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por seu lado, disse o óbvio, quando perguntado sobre as chances de atingir 0,5% do PIB de superávit sugerido pelo novo regime fiscal em sua formulação original: que alcançar os objetivos fiscais é uma tarefa dos três Poderes. Haddad tem feito marcação cerrada sobre as frestas que vão sendo criadas por pressões políticas para ampliar os gastos do Tesouro e para burlar as regras orçamentárias pelo caminho usual: a criação de despesas sem que sejam apontadas receitas equivalentes para cobri-las.

O aumento das receitas, base sobre a qual repousa a garantia de aumento das despesas do novo regime fiscal, está ocorrendo, mas o déficit primário, o norte da meta fiscal, continua aumentando. Em fevereiro,

segundo o BANCO CENTRAL, cujas estatísticas diferem das do Tesouro, ele atingiu R\$ 262,2 bilhões em doze meses, ou 2,44% do PIB. O déficit no mês, de R\$ 48,7 bilhões, foi o maior desde dezembro de 2021. A dívida bruta do governo central aumentou 0,4 ponto percentual, para 75,5% do PIB, enquanto a dívida líquida se manteve estável em 60,9% do PIB. Essas estatísticas, porém, não contam toda a história.

Há um avanço brutal do déficit nominal em função da grande carga de juros. Pela primeira vez desde fevereiro de 2021, ele voltou a ultrapassar R\$ 1 trilhão em 12 meses, atingindo 9,24% do PIB. A carga de juros propriamente dita foi de 6,8% do PIB. Não há a menor possibilidade de a dívida se estabilizar, quanto mais cair, enquanto os juros reais forem superiores ao crescimento da economia. Os juros reais estão ao redor de 6% ao ano, enquanto as previsões para o PIB neste e nos próximos dois anos mal ultrapassam o PIB potencial, estimado em 2%. Na melhor das hipóteses, será possível que a expansão fique igual aos 2,9% do ano passado, ainda assim abaixo do que seria necessário para derrubar a relação entre dívida pública e PIB. O futuro não é promissor. Mesmo que a taxa Selic seja de 8,5% no final do ciclo de afrouxamento monetário, a taxa real estará em torno de 5%, percentual muito superior ao ritmo que a economia brasileira poderá alcançar a médio prazo.

O apelo de Haddad de um "pacto" para o cumprimento da meta fiscal, ainda que informal, faz sentido, mas deveria antes ser apoiado pelo próprio Executivo, e, em primeiro lugar, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não há, fora do Ministério da Fazenda, nenhuma palavra sobre contenção de gastos ou sobre alinhamento das despesas com as metas fiscais. Nas reuniões do presidente com os ministros, em um período de queda de popularidade de Lula, as orientações vão todas no sentido contrário, de mais despesas e propaganda sobre obras e ações do governo.

Os investidores neste cenário mantêm a **inflação** a alguma distância da meta de 3% por mês a fio. A consequência é que, com a resistência da queda da **inflação**, os juros serão mais altos do que poderiam ser em um quadro de austeridade moderada. Isso ainda é possível. Uma revisão sensata das metas até poderia mudar as expectativas, desde que o controle dos gastos entrasse na órbita do Executivo.

O mote do Planalto parece, no entanto, ser o de, no momento decisivo, ampliar a meta de déficit primário em função da elevação das despesas, e não o de calibrar os gastos para se adequar à meta fiscal. O amortecimento das metas fiscais permitirá ao governo gastar mais até 2026, ano das eleições presidenciais. A **inflação**, porém, que desgasta a imagem de presidentes, pode atrapalhar esses planos.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187835?page=1§ion=1)**